

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

| | |
|---|-----------|
| VEÍCULO: Valor Econômico | 2 |
| Título: Privatização da Eletrobras pode ficar para agosto, admite presidente..... | 2 |
| Título: Relatório preliminar do TCU dá sinal verde para venda..... | 4 |
| Título: ICMS sobre gasolina seguirá congelado até o fim de junho..... | 5 |
| Título: Produtores criticam desoneração de alimentos e etanol..... | 6 |
| Título: Comissão do Senado convida Silva e Luna | 8 |
| Título: Alemanha alerta empresas para risco de racionamento de energia no fim do ano ... | 10 |
| Título: Braskem quer cindir divisão de ‘plástico verde’ e busca investidor..... | 12 |
| Título: Copel negocia parceria para leilão de transmissão..... | 14 |
| Título: Destaques..... | 16 |
| Título: PIPELINE: Gringos disputam ativos da Quantum de transmissão, negócio de R\$ 7 bi | 17 |
| Título: China faz menos aço em fevereiro e leva produção global à queda de 5,7%..... | 18 |
| Título: Prejuízos com queda de energia elétrica geram indenização..... | 19 |
| VEÍCULO: Estado de S. Paulo | 22 |
| Título: As ideias fossilizadas do general..... | 22 |
| Título: Me dê motivo... para ser cativo..... | 24 |
| Título: Alta no preço do petróleo reforça caixa da União em R\$ 37,2 bilhões | 26 |
| VEÍCULO: Folha de S. Paulo | 27 |
| Título: Eneva, PetroReconcavo e 3R fazem oferta por campos da Petrobras..... | 27 |
| Título: Estoques serão acompanhados diariamente | 27 |
| Título: ‘Não há possibilidade de gastos infinitos’ para conter combustíveis, diz secretário do Tesouro..... | 28 |
| VEÍCULO: O Globo | 30 |
| Título: Nem a Vale apoia PL da mineração em terra indígena..... | 30 |

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/03/2022****Seção: Brasil****Autor: Gabriela Ruddy e Robson Rodrigues — Do Rio e de São Paulo.****Título: Privatização da Eletrobras pode ficar para agosto, admite presidente**

A Eletrobras ainda trabalha com a expectativa de realizar a operação de capitalização e a consequente privatização da empresa em maio, mas há possibilidade de que o processo seja concluído somente em agosto, admitiu ontem o presidente da companhia, Rodrigo Limp, em teleconferência com analistas.

O prazo-limite para a liquidação da oferta de ações da companhia é 13 de maio. A data é explicada porque a empresa tem 134 dias para liquidar a operação a contar de 31 de dezembro caso queira usar o balanço do quarto trimestre para fazer a oferta. Mas, se a oferta ocorrer em data posterior, a Eletrobras vai precisar se basear no balanço do primeiro trimestre de 2022, que tem previsão de publicação em 16 de maio. Nessa hipótese, a oferta passaria para meados de agosto. O problema é que quanto mais próximo da eleição aumenta a incerteza sobre a viabilidade da privatização, dizem especialistas.

Inicialmente agendada para fevereiro, a publicação do balanço anual da Eletrobras só saiu na noite de sexta. Segundo Limp, mesmo com a mudança na data de publicação dos resultados, ainda há possibilidade de realização da oferta de ações no prazo previsto pelo governo, em maio.

A privatização da Eletrobras será realizada por meio de um aumento de capital. A empresa vai emitir novas ações por meio de uma oferta primária e a União renunciará ao direito de subscrição, com o objetivo de reduzir a participação na companhia dos atuais 72,33% do capital votante para 45%. A operação será realizada de forma simultânea no Brasil, na B3, e no exterior, na bolsa de Nova York (Nyse). Caso a oferta primária não seja suficiente para reduzir a participação da União ao limite pretendido, será feita uma oferta secundária das ações ordinárias.

Entre as etapas que ainda precisam ser vencidas para que a operação ocorra em maio, está a publicação do formulário 20F (exigido pelo regulador do mercado de

capitais americano) referente ao ano passado, cuja data prevista é 25 de abril. Falta também o aval do Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão aprovou a primeira fase de estudos para operação mês passado. Ainda está em andamento uma segunda deliberação a respeito dos preços mínimos para a oferta e o “valuation” da empresa.

Em entrevista ontem, o presidente da Eletrobras disse que o preço mínimo das ações para a oferta será definido entre o TCU e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O governo tem trabalhado nas tratativas com o tribunal”, afirmou o executivo.

Limp disse que a empresa acompanha o processo e que tem enviado informações ao TCU. Ele não acredita que as conversas entre o tribunal e o governo sobre o tema serão prejudicadas pelas trocas ministeriais previstas para as próximas semanas, dado o prazo para que os interessados em concorrer nas eleições de outubro se descompatibilizem dos cargos. “Esse processo [da privatização] tem sido discutido há bastante tempo, é maduro. Imagino que o diálogo entre tribunal e governo vai continuar ocorrendo”, disse.

Limp ressaltou, no entanto, que é importante que ocorra ainda um “road show” para a apresentação da oferta a investidores. “A etapa do road show é super importante, considerando o tamanho da oferta”, afirmou.

O executivo disse estar otimista, apesar das etapas internas e externas que ainda precisam ser cumpridas para a privatização: “Trabalhamos com a expectativa de que exista interesse do mercado na capitalização da empresa”.

Ontem, executivos da Eletrobras também comentaram o andamento das obras da usina nuclear de Angra 3. A companhia adiou a previsão de conclusão das obras em um ano e agora a expectativa é de entrada em operação em novembro de 2027.

A Eletrobras concluiu em dezembro de 2021 os investimentos de R\$ 1,4 bilhão para a aceleração das obras do caminho crítico da construção da usina. Agora está prevista a realização de uma concorrência que vai definir a empresa que fará o projeto, engenharia e construção do projeto, além da definição da tarifa da energia gerada na usina, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/03/2022****Seção: Brasil****Autor: Murillo Camarotto — De Brasília****Título: Relatório preliminar do TCU dá sinal verde para venda**

Relatório final pode chegar no início da próxima semana o relator, ministro Aroldo Cedraz

Uma versão preliminar do relatório técnico que vai direcionar a decisão final do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a privatização da Eletrobras já chegou ao Ministério Público de Contas e está sendo analisada. Segundo apurou o **Valor**, o documento faz algumas ressalvas e questionamentos, mas recomenda a aprovação da operação.

Ontem, a expectativa era que os ministérios da Economia e das Minas e Energia encaminhassem até hoje as informações complementares solicitadas pelos auditores e que o relatório final chegue no início da próxima semana ao gabinete do relator, ministro Aroldo Cedraz.

Diferentemente do que aconteceu na primeira etapa do processo - que analisou o valor atribuído aos ativos da estatal -, a análise pelo Ministério Público de Contas deve ser mais breve na segunda fase.

Essa segunda fase avalia os parâmetros da operação de aumento de capital que viabilizará a desestatização.

Enquanto que na primeira fase era possível questionar as escolhas do governo para a definição dos valores dos ativos e da outorga que deverá ser paga, na etapa atual a análise jurídica se restringe a possíveis inconsistências metodológicas ou de premissas do “valuation”.

Considerando a tendência de que o relator também recomende a aprovação da operação, a definição vai ficar mesmo na seara política, onde será definido o timing da análise final da matéria pelo plenário de ministros.

Um eventual pedido de vista pode se alongar por até 60 dias, abrindo a possibilidade de inviabilizar a privatização ainda neste ano.

Conforme informado na semana passada pelo **Valor**, além das eleições presidenciais deste ano, o sucesso do processo de privatização da Eletrobras

passa também pelo calendário dos fundos de investimento, pela cotação do dólar e por outras variáveis.

Nesse cenário, um eventual pedido de vista poderá se transformar em uma queda de braço pública entre ministros.

Internamente, a maioria dos ministros aprova a privatização, apesar de muitas ressalvas.

O ministro Benjamin Zymler, que tem experiência no setor elétrico e é um dos mais respeitados pelos pares, votou a favor da aprovação da primeira etapa, ao mesmo tempo em que disse que, fosse ele governo, não venderia a Eletrobras nas condições colocadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Brasil

Autor: Agência O Globo — De Brasília

Título: ICMS sobre gasolina seguirá congelado até o fim de junho

Pressionados a reduzir o ICMS sobre combustíveis, os governadores decidiram prorrogar por 90 dias a fórmula de cálculo do imposto para a gasolina, que mantém os preços congelados a valores de novembro de 2021. A medida perderia validade no dia 31 de março, mas agora valerá até o fim de junho.

Este congelamento foi adotado, no ano passado, como respostas às críticas do presidente Jair Bolsonaro, que culpava os governos estaduais pelas altas no preço dos combustíveis.

A decisão de prorrogar o congelamento ocorreu no X Fórum de Governadores, que ocorreu ontem em Brasília.

Além disso, em outra frente, os governadores acertaram que vão adotar uma alíquota uniforme de ICMS para o diesel em todo o país e valor fixo por litro, conforme determina a Lei Complementar 192, em vigor desde 11 de março. Esse novo regime de cobrança do ICMS sobre o diesel valerá a partir de 1º de abril.

Os Estados decidiram propor uma alíquota fixa de R\$ 0,999 por litro do diesel para atender a nova lei. O valor é muito maior que o aplicado atualmente, dentro da regra de um percentual sobre um valor de referência, na maior parte dos Estados. Mas, segundo interlocutores envolvidos nas negociações, os Estados

poderão dar “descontos” nesta alíquota. Ou seja, na prática, tudo seguirá como é hoje, sem alterações relevantes de preços nas bombas dos postos.

Segundo o governador do Piauí, Wellington Dias, porta voz do fórum, o ICMS único do diesel não vai resultar em aumento de carga tributária porque os Estados que cobram alíquotas menores poderão adotar uma espécie de subsídio para evitar aumento de preço para os consumidores. Atualmente, os percentuais variam entre 12% e 18%.

Ele disse que a mudança representará perda na arrecadação de Estados e municípios da ordem de R\$ 14 bilhões em 12 meses.

O convênio com as regras do ICMS único sobre o diesel será debatido amanhã pelo Comitê Nacional de Política Fazendária (Confaz).

No encontro, os chefes dos Executivos fecharam posição e autorizaram o colegiado de procuradores estaduais a apresentar ação ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos da Lei 192. A ideia é questionar, principalmente, o trecho da lei que trata da transição das novas regras do ICMS, como a que obriga os governadores a adotarem como parâmetro para a cobrança do tributo, o preço médio do produto nos últimos cinco anos.

Os governadores também autorizaram o colegiado de procuradores a recorrer ao STF contra o decreto que reduziu em 25% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida também reduz receitas de Estados e municípios ao diminuir os repasses dos fundos constitucionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Brasil

Autor: Rafael Walendorff e Fernando Lopes — De Brasília e São Paulo

Título: Produtores criticam desoneração de alimentos e etanol

A retirada até o fim deste ano do imposto de importação incidente sobre seis itens da cesta básica, além do etanol, anunciada pelo governo na noite de segunda-feira como medida para conter a inflação de alimentos e combustíveis, tem poucas possibilidades de baixar preços e já provoca reações negativas de produtores do país.

Com arsenal limitado para atacar a alta dos alimentos básicos nas gôndolas dos supermercados e com poder ainda menor para manobrar os efeitos da disparada das cotações internacionais das commodities, a desoneração tem viés populista em um ano eleitoral.

A União Nacional do Etanol de Milho (Unem), por exemplo, já afirmou que não vislumbra um “resultado efetivo” de redução de preços da gasolina nos postos com a retirada do imposto sobre o biocombustível importado. A entidade ressaltou que a medida enfraquece a indústria nacional e desestimula os investimentos, que no segmento ultrapassam R\$ 6 bilhões na expansão de plantas já em operação. A equipe econômica disse que o litro da gasolina pode ficar até R\$ 0,20 mais barato.

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), com forte representatividade entre os produtores de etanol do Nordeste, sempre foi contra facilidades para importação do combustível, que vem dos Estados Unidos (onde é produzido de forma subsidiada a partir do milho) e inunda a região, reduzindo o lucro das usinas.

Na segunda, a entidade saudou o governo e garantiu apoio à reeleição de Jair Bolsonaro em encontro no Palácio do Planalto com a presença de Paulo Guedes, ministro da Economia. Mais tarde, veio o anúncio da desoneração para o etanol importado. A Feplana ainda não se manifestou sobre a retirada do imposto.

“Muitos produtos têm preços em dólar. Então, mesmo que importe, não muda o patamar de preços”, afirmou um executivo da indústria. Além do câmbio, a logística cara e complicada com a pandemia e a guerra no Leste Europeu inibe os negócios. Também faltam fontes exportadoras. No caso do etanol, o Brasil compra basicamente dos EUA (negócios de US\$ 225 milhões em 2021), em volumes pequenos diante do consumo doméstico.

Os produtos cujas tarifa de importação foram zeradas (café moído, etanol, açúcar, óleo de soja, margarina, queijo e macarrão) têm peso quase insignificante nas importações. Foram menos de 500 mil toneladas somados os sete itens, com US\$ 487 milhões em negócios no ano passado.

Em 2021, as importações de café moído da Europa somaram 3,8 mil toneladas, ou US\$ 67 milhões. O saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro fechou o ano passado em mais de US\$ 105 bilhões.

No mercado de açúcar, outro produto que tem no Brasil o maior exportador mundial, também é difícil pensar em importações relevantes, que teriam que vir de países como Índia e Tailândia, com custos logísticos desfavoráveis.

Para o óleo de soja, a indústria nacional considera que a desoneração não terá maiores consequências - no máximo permitirá algumas compras mais para o fim do ano por causa da quebra de safra do grão no Sul, embora o principal fornecedor potencial, a Argentina, tenha aumentado a retenção (bloqueio à exportação) de óleo e farelo em 33%.

No caso de queijo e da margarina, pesa contra as importações, como informou o **Valor**, a apertada relação entre oferta e demanda de lácteos no exterior, que reduziu estoques de leite em pó e elevou preços.

Para a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a retirada do imposto de importação sobre seis alimentos e etanol até o fim do ano pode ajudar no combate à inflação. Ela disse que medidas que não afetem a produção precisam ser usadas pela equipe econômica para conter a alta de preços.

“Neste momento, todas as ferramentas que puderem ser usadas para diminuir a inflação sem prejudicar a produção devem ser usadas”, afirmou.

Vale lembrar, ainda, que as tarifas de importação de soja em grão e milho de países que não pertencem ao Mercosul estão zeradas, em medida válida até maio após decisão do fim do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Política

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Comissão do Senado convida Silva e Luna

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou ontem um convite ao presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, para que ele explique os critérios de distribuição de mais de R\$ 100 bilhões em dividendos pela companhia.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), endossou a decisão da Comissão de Infraestrutura da Casa de convidar o presidente da petroleira, Silva

e Luna. Segundo ele, a Petrobras precisa esclarecer como a redução no preço do barril de petróleo não se traduziu em queda nos preços dos combustíveis.

“De fato, a Petrobras deve explicações à sociedade em vários aspectos, sobretudo porque hoje mesmo eu avaliava a questão da redução do preço de barril de petróleo, a redução do câmbio, sem que haja uma redução no preço dos combustíveis nas refinarias, nas distribuidoras e nos postos de combustíveis. Alguma coisa está errada e isso precisa ser esclarecido”, disse.

Como mostrou o **Valor** na semana passada, a diretoria da Petrobras deve ser abandonada tanto pelo Palácio do Planalto como pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Ao contrário do que costuma acontecer, o Executivo não mobilizou sua base aliada para evitar, desta vez, que o presidente da estatal fosse convidado a prestar esclarecimentos nas comissões do Senado.

A manifestação do senador Jean Paul Prates (PT-RN), autor do requerimento aprovado pela comissão e que foi relator do chamado “pacote de combustíveis” no Senado, deu uma amostra do tom dos questionamentos que o presidente da Petrobras poderá enfrentar.

“Todo o Brasil precisa entender, compreender melhor, a questão dos dividendos da Petrobras, do critério de distribuição que a Petrobras utilizou este ano. São mais de R\$ 100 bilhões. Mais de 90% do lucro foi distribuído diretamente aos acionistas, inclusive o governo, mas não só o governo”, afirmou Prates.

A comissão prevê uma audiência pública exclusiva com Silva e Luna, no formato de oitiva, e, em seguida, deverá ser realizada uma segunda etapa, com a participação de especialistas.

Prates entendeu que o principal executivo da companhia precisa detalhar o que gerou os dividendos distribuídos. “Primeiro, precisamos entender de onde veio o lucro de fato. Foi de eficiência da empresa? Foi de venda de ativos?”, questionou. Ele classificou a venda de subsidiárias e estrutura de operação da Petrobras como “criminosa” porque, em sua visão, o procedimento é feito “sem qualquer critério” e deveria, antes, passar pelo Congresso Nacional.

Para o senador do PT, o resultado positivo pode vir do “windfall profit”, que ele mesmo explicou: “É aquele [lucro] que nós colocamos na conta de estabilização, aquele lucro vindo do vento, vindo do acaso, do preço da commodity, que disparou lá fora”, afirmou, se referindo ao projeto de lei que cria um fundo de

estabilização do preço dos combustíveis (PL 1.472/21), já aprovado no Senado, mas ainda parado na Câmara.

Prates afirmou que o “lucro bilionário da Petrobras foi praticamente todo distribuído aos acionistas, sem qualquer reserva para investimento, inclusive em refinarias, que muitos andaram defendendo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Internacional

Autor: Joe Miller — Financial Times, de Frankfurt

Título: Alemanha alerta empresas para risco de racionamento de energia no fim do ano

As autoridades e empresas de energia elétrica alemãs estão se preparando para um potencial racionamento de energia no próximo inverno, caso o presidente russo Vladimir Putin decida fechar os gasodutos que fornecem mais de 50% do gás natural consumido pela maior economia da Europa.

Grandes grupos industriais receberam cartas de distribuidoras que lhes pediam para definir suas necessidades de energia no caso de uma possível escassez, segundo três pessoas que tiveram acesso às solicitações. Duas empresas com unidades de produção no leste e sudeste da Alemanha disseram ao “Financial Times” terem sido alertadas pelos fornecedores locais que as entregas de gás poderiam ser reduzidas no fim do ano.

Já a Agência Federal de Redes, o órgão regulador que supervisiona a infraestrutura energética da Alemanha, confirmou que está em negociações com empresas para fazer com que elas se preparem para “inevitáveis suspensões de atividades” no caso de haver escassez no fornecimento de energia. As discussões foram “sobre estar preparado para um cenário que, esperamos, nunca venha a acontecer”, disse o presidente do órgão.

Segundo a legislação alemã, empresas consideradas essenciais para o abastecimento de produtos e serviços básicos ao país seriam priorizadas no caso de uma emergência, junto com as famílias. Em decorrência disso, muitas das maiores corporações alemãs seriam obrigadas a reduzir seu consumo, mais provavelmente por meio da desativação da produção.

“Embora tenhamos uma lei em vigor, não fixamos critérios reais para decidir que tipo de cliente não protegido, isto é, industrial ou comercial, terá o fornecimento interrompido primeiro... isso gera nervosismo na indústria”, disse Christian Hampel, da BDO Legal que assessora algumas das empresas contatadas pelas operadoras.

Estas últimas também indagavam “o que aconteceria com o sistema de abastecimento de gás como um todo se uma determinada empresa deixasse de fornecer”, acrescentou Hampel.

Entidades de classe como a que representa a indústria química e farmacêutica alemã se reuniu com a Agência Federal de Redes na sexta-feira para falar desses procedimentos, segundo pessoas bem-informadas sobre as discussões.

A entidade de classe da indústria química e farmacêutica alertou as autoridades na reunião que “quase todos os setores - agricultura, alimentos, automotivo, cosméticos e higiene, construção, produtos farmacêuticos ou eletrônicos” - serão atingidos pelos cortes compulsórios da produção no setor. O setor químico e farmacêutico, que inclui empresas como a BASF e a Bayer, utiliza 27% da oferta alemã de gás natural.

Os preparativos ocorrem num momento em que a coalizão de governo na Alemanha se empenha em encontrar fornecedores alternativos de gás que substituam a oferta da Rússia. Sobre um acordo de compra de gás natural liquefeito (GNL) do Catar, o ministro da Economia, Robert Habeck, disse que esse pacto não contornará os gargalos no próximo inverno. Acrescentou que a ordem de prioridade para o consumo de energia seria decidida “politicamente” no caso de escassez.

Alguns grupos industriais alemães tiveram de suspender temporariamente a produção devido à disparada dos custos de energia e de matérias-primas. A fundição de aço Lech da Baviera, que usa a mesma quantidade de energia elétrica que uma cidade de 300 mil habitantes, disse neste mês ter sido obrigada a cortar turnos de trabalho. A siderúrgica Thyssenkrupp alertou para uma “turbulência econômica” que poderá descontinuar suas operações industriais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/03/2022****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes e Mônica Scaramuzzo — De São Paulo****Título: Braskem quer cindir divisão de 'plástico verde' e busca investidor**

A Braskem planeja cindir a divisão de biopolímeros (plástico verde) em uma empresa independente, que terá outros sócios e ações negociadas em bolsa no Brasil ou nos Estados Unidos, apurou o **Valor**. Com a separação do negócio, a petroquímica brasileira, que tem matéria-prima fóssil como principal fonte, busca globalizar o projeto e destravar seu valor de mercado.

O Citi foi contratado pela Braskem, controlada pela Novonor (ex-Odebrecht) e Petrobras, para buscar investidores estratégicos e financeiros ao projeto. O negócio é avaliado em cerca de US\$ 2 bilhões - a companhia busca captação de pelo menos US\$ 500 milhões, de acordo com duas fontes a par do assunto.

O formato da operação, que financiará a expansão da capacidade produtiva de bioetileno, polietileno (PE) verde e outras resinas e petroquímicos obtidos de fonte renovável, como o MEG (monoetilenoglicol), deve ser definido em dois ou três meses, de acordo com outra pessoa familiarizada com o tema.

A Braskem pretende atingir capacidade instalada de 1 milhão de toneladas de plástico verde no mundo até 2030, frente as 200 mil toneladas ao ano atuais. Os investimentos são estimados em US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão no período.

Para acelerar o projeto, a petroquímica tem conversado com potenciais sócios financeiros, detentores de tecnologia inovadora e fornecedores de matéria-prima renovável. O fundo Advent foi um dos investidores procurados. O **Valor** apurou que a gestora, que possui negócios na área química, não se interessou porque teria uma posição minoritária.

De acordo com fontes, a Braskem não descarta tocar o projeto por meio de uma "special purpose acquisition company", (SPAC, na sigla em inglês, ou empresa com propósito específico de aquisição, em tradução livre), se valendo dos elementos ambiental, social e de governança (ESG). Na prática, a SPAC é uma empresa que já nasce listada no mercado, mas que ainda não tem nenhum ativo.

No Brasil, a Embraer recorreu a operação similar para viabilizar o crescimento de sua empresa de mobilidade aérea urbana. A Eve está a caminho de ter ações

negociadas na Bolsa de Nova York (Nyse) por meio da Zanite, uma SPAC americana fundada por Kenn Ricci, coproprietário da Directional Aviation, uma das maiores operadoras de jatos executivos do mundo, e Steve Rosen, da Resilience Capital Partners.

A Braskem também estaria em conversas iniciais com a Cosan, que já fornece etanol para a produção de eteno verde pela petroquímica em Triunfo (RS). De acordo com uma pessoa a par do assunto, não interessa à Cosan ter participação acionária neste primeiro momento.

Embora ainda seja pequeno em relação às demais operações da companhia, a cisão do negócio de biopolímeros pode ajudar a valorizar as ações da Braskem. “Esse é um negócio que gera valor, mas que ainda não está embutido no preço da companhia como um todo”, afirmou uma fonte do mercado financeiro, que preferiu não se identificar.

Em janeiro, a Braskem tentou, sem sucesso, realizar oferta subsequente de ações (“follow on”). Não foi por falta de interesse pelos papéis, mas porque os investidores estavam pedindo descontos para participar da operação.

Maior produtora de biopolímeros do mundo, a Braskem está investindo US\$ 90 milhões para ampliar a produção de eteno verde em Triunfo, com início de operação em dezembro deste ano. Com o aporte, a produção de PE verde subirá de 200 mil toneladas anuais para 260 mil toneladas anuais.

A segunda fábrica deve ser instalada na Tailândia e o plano é erguer outras duas unidades produtivas. Não há projeto de nova expansão em Triunfo até o momento, mas o complexo gaúcho poderia ser candidato a futuros investimentos.

Na Tailândia, a Braskem firmou um memorando de entendimento com uma das maiores petroquímicas locais, a SCG Chemicals, para avaliar o investimento conjunto em uma nova planta de desidratação de bioetanol para obtenção de etileno verde e produção de biopolietileno.

No ano passado, a receita líquida da Braskem com a venda de PE verde e do aditivo ETBE, também obtido a partir do etanol de cana-de-açúcar, avançou 65%, para US\$ 630 mil - valor pequeno comparável à receita líquida consolidada de US\$ 19,6 bilhões da petroquímica. Mais de 80% das vendas em volume do PE verde têm como destino os mercados europeu e americano, que cada vez mais exigem o uso de materiais renováveis na confecção de embalagens.

Para os próximos anos, a perspectiva é que a demanda global de resinas plásticas siga em alta, mas o grande potencial de expansão está nos materiais de origem renovável, diante da base ainda pequena e dos compromissos de descarbonização assumidos pelas grandes marcas.

Procurados, Advent, Braskem e Citi não comentaram o assunto. A Cosan negou que esteja em tratativas com a petroquímica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Empresas

Autor: Por Taís Hirata — De São Paulo

Título: Copel negocia parceria para leilão de transmissão

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) planeja disputar o próximo leilão de linhas de transmissão, marcado para junho. A empresa tem negociado com parceiros para participar em consórcio da concorrência de três blocos, localizados no Sudeste do país.

“Neste leilão, os lotes ofertados ficaram bastante grandes, com investimentos acima dos R\$ 5 bilhões. Então a ideia é participar em consórcio para termos mais competitividade e sem usar muito da nossa capacidade de investimento. Vamos estudar no detalhe os lotes 1, 2 e 3, para levarmos ao menos um deles”, disse o presidente do grupo, Daniel Slaviero.

No fim do ano passado, a empresa travou uma disputa acirrada com a Taesa pelo contrato de uma linha de transmissão entre Paraná e São Paulo, mas a concorrente acabou levando o ativo. “Queremos ser competitivos, mas vamos até o limite de nossa disciplina de capital”, disse ele.

No segmento de geração, a companhia também vislumbra participar do leilão de reserva de capacidade, previsto para setembro, por meio da Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA). “A térmica tem uma boa condição para participar. Porém, tudo dependerá do preço do gás natural no momento da disputa. Esperamos que até o segundo semestre a situação esteja mais estável”, afirmou.

Apesar da disposição em participar dos leilões, o executivo também destaca preocupação em relação ao cenário de 2022. “Com a subida dos juros e a alta do preço das commodities, vemos um ambiente desafiador para fazer novos projetos com retornos atrativos. [Essa inflação] pressiona muito o valor do capex

[investimento]. Vamos continuar olhando oportunidades de expansão, principalmente nas fontes eólica e solar, mas com uma visão cautelosa”, disse.

O grupo também tem avançado com seus planos de desinvestimentos, segundo o executivo. Ele reforça a intenção de finalizar ainda em 2022 a venda da fatia de 51% na Compagas, distribuidora de gás canalizado, na qual Gaspetro e Mitsui também são sócias.

Antes disso, a expectativa é concluir até o fim de abril a renovação, por mais 30 anos, da concessão da empresa de gás, que se encerraria em 2024. Nesse processo, a empresa deverá se comprometer a pagar outorga no valor de R\$ 508 milhões e fazer investimentos de R\$ 2,3 bilhões no período adicional.

Só a partir dessa extensão será possível levar adiante a privatização - que já foi alvo de audiências públicas - e definir o preço mínimo das ações, que serão ofertadas em leilão. “O preço ainda está em discussão, precisamos da renovação para finalizar o processo”, afirmou Slaviero.

Outro desinvestimento em curso na Copel é a venda do controle da Usina Foz do Areia, principal unidade geradora do grupo. A ideia é alienar 50,1% da empresa. Porém, a licitação deverá ficar para o fim de 2023.

A companhia terminou 2021 com dívida líquida ajustada de R\$ 7,96 bilhões, aumento de 24% na comparação com o ano anterior. Porém, a alavancagem (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda) caiu de 1,3 vez para 1 vez no período. O objetivo é chegar a patamar próximo a 2,5 vezes.

No quarto trimestre de 2021, a Copel apresentou retração nos resultados. O lucro líquido ficou em R\$ 396,2 milhões, queda de 63,6% na comparação com o mesmo período de 2020. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) também caiu 31,5%, para R\$ 943 milhões, na comparação anual.

Os resultados são os últimos reflexos da crise hídrica, segundo o presidente. No trimestre a companhia foi impactada pelo déficit hídrico de suas geradoras, o que levou ao aumento de 142,7% nos custos com compra de energia - em um momento de preços altos. Além disso, houve redução de 55% do despacho da usina térmica de Araucária - 360 GWh (gigawatt-hora) no quarto trimestre de 2021, contra 797 GWh no ano anterior -, somada a uma margem líquida menor na venda da energia.

Outro item não recorrente registrado no quarto trimestre foi um custo de R\$ 125,7 milhões referente à provisão para o programa de demissão incentivada (PDI), encerrado em fevereiro deste ano, no qual houve a adesão de 461 empregados. A economia anual estimada com os cortes é de R\$ 153,9 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Lucro da Vibra cai em 2021

A Vibra Energia registrou lucro líquido de R\$ 1,02 bilhão no quarto trimestre do ano passado, redução de 67,4% em relação ao mesmo período de 2020. Entre janeiro e dezembro, a queda foi de 36%, para R\$ 2,5 bilhões. Já a receita líquida somou R\$ 39,3 bilhões, alta de 61,6% no comparativo trimestral. No acumulado do ano, o faturamento cresceu 59,6%, para R\$ 130 bilhões. No relatório de resultados, a Vibra afirma que no quarto trimestre registrou efeitos negativos não recorrentes como baixa de recebíveis da Stratura Asfaltos, venda de imóvel relevante e recuperações tributárias. O trimestre, porém, registrou o maior preço das commodities que a companhia comercializa, resultando em efeito positivo nas margens do setor. O Ebitda ajustado entre outubro e dezembro foi de R\$ 1,6 bilhão, queda de 1,1%, enquanto em todo o ano passado o indicador avançou 30,8%, para R\$ 4,98 bilhões. A margem Ebitda ajustada recuou 2,6 pontos percentuais no último trimestre, para 4,1%. Nos doze meses do ano passado, o indicador ficou em 3,8%, queda de 0,8 ponto percentual.

PetroRecôncavo no azul

A PetroRecôncavo fechou o quarto trimestre de 2021 com lucro líquido de R\$ 72,3 milhões, alta de 14,6% na comparação anual. Em 2021, a empresa obteve lucro líquido de R\$ 176,9 milhões, revertendo prejuízo de R\$ 81,7 milhões em 2020. Entre outubro e dezembro, a receita líquida subiu 38,1% sobre um ano antes, para R\$ 285,3 milhões. No ano, a receita cresceu 32,1%, para R\$ 1,040 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/03/2022****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: PIPELINE: Gringos disputam ativos da Quantum de transmissão, negócio de R\$ 7 bi**

Companhia de transmissão de pertence à Brookfield e negócio deve ser fechado antes do período eleitoral

Os investidores estrangeiros estão acirrados no início da disputa pelos ativos da Quantum, a companhia de transmissão de energia que pertence à Brookfield. O prazo para entrega das ofertas não vinculantes só termina daqui a duas semanas, mas a movimentação dos interessados e de seus assessores financeiros já sinaliza que os gringos parecem mais dispostos do que grupos brasileiros ao negócio de R\$ 7 bilhões, conta que inclui equity e dívida.

Ao menos cinco estrangeiros já estão engajados, apurou o Pipeline. As colombianas Isa Cteep, que já é uma das maiores transmissoras de energia elétrica no país, e Grupo de Energia de Bogotá, que há três anos levou a briga pela Argo Energia; os fundos canadenses Ontario's Teachers Pension Fund (OTPP) e CDPQ, que chegou a fechar uma exclusividade pela Echoenergia e acabou desistindo do negócio; e a asiática China Southern Power Grid.

A VTRM, companhia que reuniu os ativos de energia do grupo Votorantim, da canadense CPPIB e da Cesp, também tem avaliado o negócio e pode surpreender, diz uma fonte. A Taesa engajou um assessor financeiro, mas ainda não decidiu se fará o bid, apurou o Pipeline.

A Energisa já decidiu não entrar na disputa, segundo uma fonte próxima à companhia, e a Equatorial, que ainda está absorvendo a compra da Echoenergia, também pode ficar de fora.

Na transação, a Quantum vai vender quase a metade de seus 5,3 mil km de linhas de transmissão, fatia que envolve R\$ 4 bilhões em equity e R\$ 3 bilhões em dívida, segundo fontes. Atualmente a Quantum é responsável por nove concessões (Chimarrão, Esperanza, JMM, Mantiqueira, Pampa, Odoyá, Sertaneja, Sanguinetti e Veredas) em oito Estados (Bahia, Ceará, Goiás, Minas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul).

A Reuters antecipou em janeiro que a Brookfield havia contratado os bancos BTG Pactual e Itaú BBA para a venda de ativos da Quantum. A companhia compõe a carteira de um fundo de private equity do grupo canadense, que quer fechar a venda antes do período eleitoral.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: China faz menos aço em fevereiro e leva produção global à queda de 5,7%

A produção mundial de aço bruto teve queda de 5,7% em fevereiro na comparação com mesmo mês do ano passado, informou ontem a World Steel Association. O volume registrado pelos 64 países que reportam seus números à Worldsteel somou 142,7 milhões de toneladas no mês passado.

A retração foi puxada pelo desempenho negativo da China, maior produtor mundial da commodity siderúrgica, pelo segundo mês consecutivo no ano. As usinas chinesas fizeram 75 milhões de toneladas (número estimado, segundo a entidade) no mês passado. Isso representou decréscimo de 10% na comparação com mesmo mês de 2021.

No acumulado do ano, a produção global registra queda de 5,5%, com 299,4 milhões de toneladas. Na soma de janeiro e fevereiro, a China tem recuo de 10%, com 158 milhões de toneladas.

Os 64 países que se reportam à entidade do setor, localizada em Bruxelas, na Bélgica, responderam por aproximadamente 98% do aço bruto fabricado no mundo. Cerca de 72% do total sai da região Ásia e Oceania, que abrange Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia, Paquistão, Coreia do Sul, Taiwan e Vietnã. A grande fatia é oriunda da China.

A Índia - vice-líder global no setor - registrou produção de 10,1 milhões de toneladas (mais 7,6%). Já o Japão mostrou queda de 2,3% no mês e a Coreia do Sul, de 6%.

A Worldsteel estima que a Rússia tenha produzido 5,8 milhões de toneladas em fevereiro, com queda de 1,4%. O país - que é o quinto fabricante do mundo - poderá sentir impacto mais expressivo nas suas operações em março, em decorrência das sanções impostas pela Europa Ocidental e EUA, devido ao conflito bélico que deflagrou na Ucrânia em 25 de fevereiro.

A siderurgia dos Estados Unidos teve alta de 1,4% na produção de aço bruto no mês passado. Já o Brasil, conforme a entidade, produziu 2,7 milhões de toneladas, com decréscimo de 6,9% ante fevereiro de 2021. A produção brasileira fechou o bimestre com retração de 5,8%, de acordo com a Worldsteel.

No Brasil, também ontem, o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), que representa a rede de distribuição de aços planos, reportou dados de desempenho do mês passado. As vendas de material laminado somaram 300,7 mil toneladas, com recuo de 3,7% em relação a um ano atrás, consolidando acomodação da demanda no mercado brasileiro. Frente a janeiro, foi registrado leve aumento, de 0,7%.

Para se abastecer e recompor estoques, a rede comprou das usinas 293,8 mil toneladas, decréscimo de 8,7% ante mesmo mês de 2021 e de 2,8% na comparação com janeiro. Com isso, os distribuidores fecharam o mês com 811,3 mil toneladas estocadas em seus armazéns - alta de 16,5% ante um ano atrás. O volume corresponde a 2,7 meses de vendas, giro considerado saudável pelo setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/03/2022

Seção: Legislação

Autor: Bárbara Pombo — De São Paulo

Título: Prejuízos com queda de energia elétrica geram indenização

A Justiça tem concedido indenizações a consumidores que sofrem prejuízos em decorrência de quedas de energia elétrica, muitas vezes causadas por tempestades. Os juízes vêm entendendo que as empresas concessionárias do serviço podem ser responsabilizadas. Basta a comprovação de que o dano - como a perda de aparelhos eletrônicos - é resultado de oscilações ou interrupções no fornecimento de luz.

No início do ano, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) condenou a Ampla Energia e Serviços (Enel-RJ) a pagar quase R\$ 50 mil a uma seguradora. A instituição financeira cobriu os prejuízos de dois condomínios com a queima de diversos aparelhos eletrônicos e do elevador social de um dos blocos.

“A demandada, na qualidade de concessionária de serviço público, responde objetivamente pelos danos decorrentes dos serviços prestados”, afirma na decisão o desembargador Antônio Iloízio Barros Bastos (processo nº 0008827-28.2019.8.19.0002).

Em Cotia, na região metropolitana de São Paulo, uma consumidora conseguiu ressarcimento de R\$ 2,1 mil. O aparelho de videogame Xbox One Fat parou de funcionar depois de uma queda de energia que durou três horas, em agosto passado.

O pedido era para condenar a Enel-SP ao pagamento de R\$ 6,7 mil. O montante foi reduzido após o próprio juiz Eduardo de Lima Galduróz, do Juizado Especial Cível e Criminal, fazer pesquisa na internet sobre o valor de mercado do aparelho (processo nº 0006641-04.2021.8.26.0152).

Um consumidor de Porto Alegre obteve recentemente decisão que condenou a Rio Grande Energia a repará-lo em R\$ 5,6 mil pela queima de uma televisão, um frigobar, duas câmeras de vigilância e duas lavadoras de roupa. A 2ª Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul validou laudo apresentado pelo usuário.

Para os magistrados, o documento estava “devidamente assinado por responsável técnico e há indicação clara e expressa no sentido de que os danos constatados foram em decorrência de oscilação e sobrecarga de energia elétrica” (processo nº 0012118-80.2021.8.21.9000).

“A maioria das decisões vai nesse sentido, exigindo prova do nexó entre o dano e a prestação do serviço da concessionária. Mas a jurisprudência se divide. Tudo depende da situação e do que se consegue demonstrar”, diz Jessica Peress Neumann, sócia do escritório Meira Breseghello Advogados.

No caso de eletrodomésticos e eletrônicos, afirma Jessica, faz-se uma análise sobre a vida útil do produto e em qual estado estava. Em um caso julgado recentemente, o TJRJ negou indenização a uma consumidora que teve uma geladeira danificada. Ela arcou com um prejuízo de quase R\$ 600. Prevaleceu o

laudo do perito, no sentido de que os defeitos seriam oriundos do tempo de uso do produto, não da variação elétrica (processo nº 0002919-87.2020.8.19.0023).

Chuvas fortes não configuram hipótese de caso fortuito ou força maior para afastar a responsabilidade das concessionárias, segundo a 19ª Câmara Civil do TJMG. Para os desembargadores, há dever de reparação do dano ocorrido durante a falha na prestação de serviço, ainda que a empresa restabeleça o fornecimento no período determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) - que é de quatro horas para áreas urbanas.

No caso concreto, porém, o TJMG não condenou a Cemig a reparar o consumidor. Isso porque o pedido da empresa era para ser indenizada por lucros cessantes em razão de vendas que poderia ter realizado no período de três horas e quatorze minutos em que ficou sem energia.

“Há que se deixar claro que o fato de a autora ter perdido a chance de realizar mais vendas no dia dos fatos, não quer dizer que deixou efetivamente de ganhar os valores que pediu na inicial. É que a apelante, que pode ter perdido vendas no dia da falta de energia, não perdeu as mercadorias que comercializa”, afirma o desembargador Wagner Wilson (processo nº 1.0372.11.003847-1/001).

Em outra situação, a 36ª Câmara de Direito Privado do TJSP também negou indenização de cerca de R\$ 370,3 mil a produtores rurais. Por causa de uma árvore que caiu nos cabos elétricos, eles ficaram cerca de 17 horas sem luz, mas demoraram a acionar a concessionária. Mais de 7 mil aves morreram. A alimentação deles era feita por máquina que dependia de fornecimento contínuo de energia elétrica.

Apesar do dano, os desembargadores consideraram que era dever dos avicultores se precaverem. “Os autores não são pequenos produtores rurais, pelo que cumpria-lhes precaver-se com sistemas de segurança para eventos previsíveis”, diz o relator, desembargador Jayme Queiroz Lopes.

Advogados orientam que, antes da judicialização, o passo a ser dado é tentar resolver o problema com a empresa. Isso porque a própria Aneel exige que as concessionárias façam o ressarcimento ao consumidor por danos elétricos. De acordo com o artigo 611 da Resolução 1.000, de 2021, contudo, as empresas devem investigar se o equipamento parou de funcionar por causa da queda de energia.

“No caso de um aparelho danificado, deve ser juntada a nota fiscal e orçamentos demonstrando o nexo de causalidade entre o dano e a queda de energia”, afirma Fernanda Zucare, especialista em direito do consumidor e sócia do escritório que leva seu nome.

Por meio de nota, a Enel Brasil, a Rio Grande Energia e a Cemig informam que os pedidos de indenização são analisados com base na Resolução 1.000, da Aneel. As empresas não comentam ações judiciais em andamento.

A Enel diz que o cliente pode pedir reembolso se: for o titular da unidade onde houve o problema; informar a data e o horário prováveis da ocorrência que o cliente acredita que tenha causado o dano; relatar o problema apresentado; além de descrever a marca, modelo e ano de fabricação do equipamento danificado.

A Cemig diz que o prazo para pedir reembolso é de até 90 dias após a data de ocorrência do dano. Já a empresa tem até 15 dias para analisar a solicitação e responder ao cliente.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 23/03/2022

Seção: Espaço Aberto

Autor: Ana Paula Prates, Ilan Zugman, Juliano Bueno de Araújo, Marcelo Laterman, Ricardo Fujii e Suely Araújo

Título: As ideias fossilizadas do general

Enquanto os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC) trazem evidências irrefutáveis de que as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão sufocando o planeta e colocando bilhões de pessoas em risco, o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, construiu uma narrativa eleitoreira e falaciosa para desmontar a necessidade premente de abandonarmos os combustíveis fósseis e ganhar tempo para adiarmos a transição energética (Pressa no pré-sal, 14/3, A4).

O pretexto utilizado foi o de garantir “benefícios econômicos e sociais da produção de petróleo”. Uma mera avaliação do discurso de importantes atores deste setor mostra que não há mais lugar para sofismas sem conexão com a realidade imposta pelas mudanças climáticas. Sugerir que ainda há tempo para explorar o petróleo tem por base uma premissa equivocada. O mundo tem menos de cem meses para cortar emissões de gases de efeito estufa pela metade, se

quiser ter uma chance de estabilizar o aquecimento da Terra no patamar de 1,5°C preconizado pelo Acordo de Paris.

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), nenhum novo projeto de exploração de combustíveis fósseis pode ser licenciado no mundo se quisermos cumprir esse objetivo. Quando sua casa está queimando, é de bom tom não entrar nela com um galão de gasolina. Além da imprudência climática e da grave falha ética de deixar uma conta deste tamanho para os jovens e os que ainda nem nasceram, a corrida ao fundo do poço preconizada pelo general também traz um risco real de multiplicar ativos encalhados.

Sabe-se que um campo petrolífero que comece a ser explorado hoje leva cerca de 15 anos para atingir um volume de produção razoável. Ou seja, isso ocorreria em 2037, quando o processo de transição energética terá de ser uma realidade no mundo todo. Segundo análises da mesma Agência Internacional de Energia, as políticas de combate às mudanças climáticas causarão a queda na demanda por petróleo antes de 2030. Neste cenário, governos e empresas estarão investindo em tecnologias como eletrificação de veículos, hidrogênio verde e outros combustíveis sintéticos, enquanto aqueles que permanecerem produzindo petróleo terão de lidar com os preços crescentes das emissões de carbono e a maior concorrência entre os produtores remanescentes.

Este processo é especialmente perverso, pois, embora se saiba que o setor de energia precisará se tornar carbono neutro, o ritmo com que isso se dará é difícil de precisar. Ao vislumbrar o pré-sal como sua prioridade, a Petrobras ignora essas incertezas e arrisca perder bilhões de reais em infraestrutura que pode se tornar obsoleta antes do que se imagina. Grandes petroleiras mundiais, atentas a esse risco, planejam mudar o foco dos investimentos para a produção de energia renovável.

Argumentar que “a produção do pré-sal contribui para a transição” energética, com base na informação de que ele é produzido com menos emissões, ignora o fato de que o maior problema do petróleo está em ele ser um combustível fóssil, não renovável, que emite gases de efeito estufa independentemente da forma como é produzido. Segundo dados de 2020 da IEA, um barril de petróleo, depois de extraído, processado e consumido, acarretará na emissão de aproximadamente 370 kg de CO₂e, ao que 7 kg a menos do petróleo produzido no pré-sal – a crer nos números do presidente da Petrobras – fazem pouca diferença.

Ao focar num detalhe, essa linha de raciocínio menospreza a importância de a Petrobras planejar seu futuro, migrando das fontes sujas para as limpas. Curiosamente, ela iniciou esse processo anos atrás, investindo em etanol e biodiesel, mas deixou as renováveis de lado para focar no petróleo. Essa inversão de prioridades pode custar caro à Petrobras. Ela deveria ter pressa para expandir seus investimentos em fontes renováveis, tanto as tradicionais como as novas, e desenvolver as novíssimas. Com sua experiência na cadeia de combustíveis e a enorme disponibilidade de fontes renováveis no Brasil a preços inferiores aos encontrados na maioria dos países, a Petrobras pode atingir um novo patamar como uma companhia de energias renováveis, gerando maior valor para os seus acionistas, impostos para o governo e empregos para o Brasil.

Não há mais tempo, general: não podemos pensar o futuro como uma repetição do passado. A janela para investimentos de longo prazo em fontes fósseis, como é o caso do pré-sal, já se fechou. Em breve, o petróleo será visto não como um recurso a ser explorado, mas como um problema a ser evitado. A Petrobras não deve remar contra a tendência, mas, sim, pensar nas vantagens competitivas que terá quando transformar seu portfólio em alternativas neutras em carbono. O clima e as novas gerações agradecem.

RESPECTIVAMENTE, DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSTITUTO TALANOVA; DIRETOR PARA A AMÉRICA LATINA DA 350.ORG; DIRETOR DO INSTITUTO ARAYARA; GEÓGRAFO DA CAMPANHA DE CLIMA E ENERGIA DO GREENPEACE; ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO WWF-BRASIL; E ESPECIALISTA SÊNIOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 23/03/2022

Seção: Artigos

Autor: Rodrigo Ferreira

Título: Me dê motivo... para ser cativo

Nunca esteve tão presente no cenário político o tema da abertura do mercado de energia para todos os consumidores do Brasil. O fato é que, atualmente, apenas 0,029% dos 87 milhões de consumidores é livre no País. Os demais são consumidores cativos, sendo as distribuidoras de energia obrigadas por lei a comprar energia para eles. Os que são livres respondem por 35% do consumo de

eletricidade e, com isso, fica evidente que esse mercado está acessível a apenas grandes empresas.

O presidente Jair Bolsonaro, durante a sessão solene de abertura do Congresso Nacional, elencou o Projeto de Lei (PL) 414/2021, já aprovado no Senado, chamado de portabilidade da conta de luz, como um dos três temas de maior interesse para o governo federal e para o Brasil em 2022. O setor espera que o projeto seja votado na Câmara nos próximos 15 dias.

Apesar de um pouco distante da sociedade, essa é, sem dúvida, uma das três reformas mais relevantes da pauta econômica nacional e todos precisam conhecê-la. O principal a saber é que, em um mercado livre, o consumidor continua a receber energia transportada pela distribuidora, que exerce em uma determinada região um monopólio natural, já que não há viabilidade física ou econômica de haver dezenas de postes e cabos diferentes distribuindo energia pelas mesmas ruas. Por esse serviço, a distribuidora é remunerada da mesma forma como já é hoje, por meio de uma fatia da conta de luz chamada “distribuição”. Já a fatia da conta referente à geração de energia, chamada “energia”, o consumidor passa a ter o direito de escolher de quem comprar. Inicia-se assim um processo revolucionário em qualquer mercado, que é a eficiência e redução de custos pela concorrência.

Veremos anúncios na televisão de grandes comercializadores varejistas transformando energia em produto, como no mercado de telefonia. Por exemplo, energia renovável com reajuste anual indexado à inflação – e não os 21% de aumento em 2021 que tivemos nós, os consumidores cativos. Para ser consumidor livre, poderia elencar muitos bons motivos, os mesmos considerados em toda a Europa, Austrália, Califórnia, Nova York, Japão e recentemente China, que já anunciou a abertura do mercado.

Apesar da evidente vantagem do mercado livre de energia, sempre há a turma do contra, sobretudo aqueles que têm vantagem econômica com a falta de concorrência. Mas seria interessante inverter a lógica e, como o clássico do Tim Maia, pedir: me dê motivo... para ser cativo.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo**Data:** 23/03/2022**Seção:** Economia**Autor:** Adriana Fernandes - Brasília**Título:** Alta no preço do petróleo reforça caixa da União em R\$ 37,2 bilhões

Salto em tributos e royalties com a valorização do produto motiva parte do governo a defender criação de subsídio para amortecer custo ao consumidor final

Com frequência, o presidente Jair Bolsonaro critica o fato de os governadores tirarem proveito da alta do petróleo para arrecadar mais com o ICMS, mas a valorização do preço do barril no mercado internacional também reforçará o caixa do governo federal, especificamente com mais R\$ 37,2 bilhões ao longo de 2022. O salto de arrecadação ocorre porque o governo recebe receitas que estão diretamente relacionadas ao preço do petróleo, entre elas tributos e royalties (pagos pelas empresas como uma compensação financeira à União pela produção no País).

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, os preços internacionais dispararam, o que levou ao megarreajuste do preço de diesel, gasolina e GLP (gás de cozinha) pela Petrobras. O governo terá também um aumento de R\$ 1,8 bilhão de receitas vinculadas à exploração de minério de ferro, cujo preço também subiu no rastro do conflito na Europa. Com o cenário de guerra, as receitas com exploração de recursos naturais previstas para 2022 deram um pulo de R\$ 95,8 bilhões para R\$ 134,5 bilhões.

Essa arrecadação vem reforçando os argumentos de integrantes do governo que defendem a adoção de um subsídio temporário aos combustíveis com custo de até R\$ 37 bilhões. Esse mesmo valor vem sendo, inclusive, citado nos bastidores do governo por integrantes do **Ministério de Minas e Energia** e do Palácio do Planalto como um limite para uma política temporária de subsídio.

Para calcular a previsão de receita com a renda do petróleo, o governo usou um preço médio do petróleo de US\$ 103,4 por barril, US\$ 26 acima da estimativa anterior de US\$ 77,4. As estimativas entraram no primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano, que previu bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em despesas para recompor gastos de órgãos do governo que sofreram

cortes na votação do Orçamento pelo Congresso, que preferiu aumentar as emendas parlamentares em ano eleitoral, como antecipou ontem o Estadão.

O relatório, que é uma fotografia do quadro do Orçamento no momento e serve de baliza para a gestão das verbas nos próximos meses, apontou um crescimento extraordinário de receitas, mesmo com a economia ainda em ritmo lento e a decisão do governo de abrir mão de R\$ 49,8 bilhões, em cortes de tributos. A previsão de receitas ficou R\$ 87,5 bilhões maior, puxada pela arrecadação com petróleo, pagamentos de dividendos pelas estatais e receitas de concessões. No caso de dividendos, o ingresso maior de receitas também é influenciado pelo lucro maior da Petrobras proporcionado pela alta de preços. O governo estimou uma receita de mais de R\$ 12,9 bilhões de dividendos e R\$ 11,2 bilhões de concessões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/03/2022

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eneva, PetroReconcavo e 3R fazem oferta por campos da Petrobras

As empresas de energia Eneva, Petro-Reconcavo e a 3R Petroleum estão entre as companhias que apresentaram ofertas vinculantes por um complexo de campos terrestres da Petrobras, conforme comunicados nesta terça-feira (22) e três fontes com conhecimento direto do assunto disseram à Reuters. O valor da oferta não foi revelado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/03/2022

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona - Rio de Janeiro

Título: Estoques serão acompanhados diariamente

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) declarou nesta terça-feira (22) sobreaviso no abastecimento de combustíveis no país, determinando que refinarias e distribuidoras informem diariamente seus estoques para acompanhamento da oferta.

A decisão ocorre em um cenário de crescimento da demanda que elevou a dependência de importações de diesel em meio a incertezas sobre a evolução dos preços internacionais dos combustíveis.

Em nota, a agência diz que, “no momento, o abastecimento está regular em todo o território nacional” e que o sobreaviso “visa tão somente permitir que esse acompanhamento dos estoques e das importações de produtores e distribuidores seja intensificado”.

A medida segue iniciativa do **MME (Ministério de Minas e Energia)**, que criou no dia 11 um grupo de trabalho para estudar medidas para evitar problemas no abastecimento de combustíveis no país diante das incertezas geradas pela guerra na Ucrânia.

Distribuidores e revendedores vinham reclamando de dificuldades pontuais para encontrar combustíveis diante da redução de importações privadas quando os preços da Petrobras tinham grandes defasagens em relação às cotações internacionais.

Apropria estatal usou o risco de desabastecimento como uma das justificativas para o mega-aumento nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha implementado no dia 11.

Executivos do setor de combustíveis consultados pela Folha dizem que ainda não há sinais de problemas graves de abastecimento, mas o risco permanece, já que o prazo entre a decisão de importar e a chegada dos navios leva entre 45 e 60 dias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/03/2022

Seção: Mercado

Autor: Idiana Tomazelli - Brasília

Título: ‘Não há possibilidade de gastos infinitos’ para conter combustíveis, diz secretário do Tesouro

Em meio à pressão da ala política do governo por medidas adicionais para conter o preço dos combustíveis, o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse nesta terça (22) que desonerar tributos federais sobre gasolina

“não é uma boa política”, dado que beneficiaria também famílias de classe média alta que usam carro particular.

“Existe essa pressão [para desonerar gasolina]. Entendemos que não é uma boa política, pois você está atendendo um pessoal de classe média alta”, disse Colnago.

Segundo ele, o caso da gasolina é diferente do diesel, que é usado no transporte público urbano e também por caminhões e navios para carregar cargas como alimentos — e, por isso, havia justificativa para a desoneração.

Colnago afirmou que o governo pode elaborar políticas mais adequadas e de menor custo “se e quando for o caso”. “Entendemos que ainda não está nessa situação.” O ministro da Economia, Paulo Guedes, já indicou disposição da pasta em discutir medidas adicionais para conter a alta dos combustíveis, mas apenas se os efeitos da guerra da Rússia contra a Ucrânia se prolongarem. O conflito tem provocado fortes variações nas cotações de petróleo e câmbio, impactando os preços nas bombas.

“Entendemos que o momento é de aguardar. Acabamos de fazer uma redução considerável de tributos. Precisamos entender como vai ficar câmbio, como vai ficar petróleo”, disse Colnago, sem dar pistas de qual seria um ponto de virada na posição da pasta. “Todas as medidas que se adotam têm um custo para sociedade.”

O governo já abriu mão de R\$ 49,8 bilhões em receitas este ano com cortes de tributos e outras desonerações. Desse valor, R\$ 14,9 bilhões são referentes à desoneração de PIS/ Cofins sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação, medida aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) neste mês.

A possibilidade de desoneração da gasolina foi anunciada pelo Bolsonaro, mas qualquer decisão estaria sujeita à aprovação de Guedes. Cálculos internos da área econômica apontam que uma isenção desse tipo poderia custar até R\$ 27 bilhões ao ano.

“Não há possibilidade de gastos infinitos. Os gastos são regrados, tudo tem um custo para sociedade”, alertou Colnago. “Não posso sair adotando medidas de forma desenfreada porque isso tem um custo para sociedade. Isso pode voltar em aumento de juros, ou aumento de inflação, ou aumento de tributos.”

VEÍCULO: O Globo**Data: 23/03/2022****Seção: Editorial****Autor:****Título: Nem a Vale apoia PL da mineração em terra indígena**

Em vez do açodamento imposto pelo governo, Congresso precisa de tempo para analisar lado técnico da questão

Convém ao Congresso prestar atenção à manifestação da Vale a respeito do PL 191, que tenta regulamentar a exploração mineral em terras indígenas. A maior mineradora do país, em tese uma das principais interessadas na ampliação de seus negócios de extração de minério, revelou à colunista do GLOBO Míriam Leitão ser contra o projeto e afirmou que a mineração nessas terras só poderia ser realizada mediante consentimento, com apoio num “marco regulatório que contemple a participação e autonomia dos povos indígenas”. Embora tenham evitado manifestações públicas, outras grandes mineradoras também se dizem contrárias à aprovação.

Só esse fato já justificaria um exame mais cauteloso do texto que tramita na Câmara em regime de urgência. Em vez disso, tanto o presidente Jair Bolsonaro quanto o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), têm procurado dar celeridade à aprovação, sob o pretexto de que, como a guerra na Ucrânia pôs em risco o fornecimento de fertilizantes ao Brasil, é necessário ao país garantir autossuficiência nos minerais necessários a produzi-los.

O argumento do governo é falacioso. Análises geológicas revelam que 78% das reservas brasileiras do potássio usado nos fertilizantes estão fora da Amazônia (apenas 11% em terras indígenas não homologadas). Fora isso, não há como extrair o mineral de uma hora para outra. “Uma mina de potássio leva entre cinco a dez anos para ficar pronta”, afirmou o economista José Roberto Mendonça de Barros à colunista do GLOBO. “As reservas da Amazônia são de difícil exploração. É um disparate econômico.”

Uma consequência inevitável da aprovação seria isolar ainda mais o Brasil na cena global, hoje preocupada com a preservação da Amazônia e com o respeito aos direitos dos indígenas. A União Europeia, que congelou a aprovação do acordo

comercial assinado com o Mercosul, jamais aceitaria ampliar as importações do agronegócio brasileiro se elas dependerem do incentivo ao garimpo ilegal ou ao desmatamento.

A questão é tão crítica para a imagem das empresas no mercado internacional que a própria Vale desistiu de todas as pesquisas ou lavras em terras indígenas no Brasil. Em contrapartida, ela atua no Canadá, onde a regulamentação permite a exploração nas terras dos povos originários, desde que com consentimento e mediante o respeito a regras que garantam preservação ambiental e cultural.

O exemplo canadense demonstra que a questão precisa ser encarada sem preconceitos. Não há maior incentivo ao garimpo ilegal — hoje uma realidade indiscutível na Amazônia—do que a falta de leis. Independentemente do oportunismo do governo Bolsonaro ao usar a guerra na Ucrânia como pretexto para atender a uma promessa de campanha aos garimpeiros, o setor precisa de uma regulação eficaz, que seja capaz de evitar a devastação e agressões à cultura indígena.

Tal proposta precisa de tempo de discussão para ser analisada de forma técnica. É preciso detalhar modelos que permitam conciliar a preservação e o desenvolvimento econômico. Todas as opiniões a respeito devem ser expostas e debatidas no Congresso. Não faz sentido querer aprovar, a toque de caixa, uma proposta para ampliar áreas de mineração que é considerada absurda até pelos que, em princípio, seriam os maiores interessados.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Quarta-feira, 23 de março de 2022 - Ano 57 - Número 5910 - R\$ 3,00

ECONÔMICO

Valor

Come bovinos no Brasil já está entre as mais caras do mundo B10
STF deve definir hoje critério de desempate em julgamentos do Carf E1

Copel negocia parcerias para leição de transmissão em junho, diz Slaviero B3

Destques

Previsão de Inflação
 O Banco Mundial prevê que a inflação brasileira em 2022 será de 12,7%, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. A previsão é baseada em uma série de fatores, incluindo a recuperação da economia brasileira e a inflação global. **Página 12**

Salto anual de 12,7% em junho
 O Banco Mundial prevê que a inflação brasileira em 2022 será de 12,7%, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Carbônios **avança R\$ 75,8 B**
 O preço do carvão brasileiro avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Labios de Squalen **avança R\$ 10,8 B**
 O preço do labios de Squalen brasileiro avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Preços internacionais
 O preço do petróleo internacional avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Agropecuária brasileira **avança R\$ 10,8 B**
 O preço da agropecuária brasileira avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Para a base **Fluxo de capitais**
 O fluxo de capitais brasileiro avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Ídolas
 O preço das ídolas brasileiro avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Parceiros Externos
 O preço dos parceiros externos brasileiro avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Martin Wolf
 O preço do Martin Wolf brasileiro avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Indicadores
 O preço dos indicadores brasileiro avançou 12,7% em junho, o mesmo nível de 2021. O Brasil é o único país da América Latina com uma previsão de inflação para 2022 superior à de 2021. **Página 12**

Quinquênio para carreiras jurídicas volta à discussão

Favorecimento em verbas abre crise no MEC

Braskem quer cindir área de 'plástico verde'

Huysens no horizonte

Alemanha vê risco de racionamento

Crédito imobiliário abaixo de Selic beneficia mutuário

Como cada setor avança rumo ao ESG

Pioneirismo que impulsiona o agro.

LIVE VALOR

globo VALOR

bradesco

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Quarta-feira 23 de MARÇO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 48908
estadão.com.br

Gabinete paralelo no MEC ___A7

Pastor pediu propina em dinheiro e ouro, diz prefeito

Parlamentares querem criar CPMI para investigar ministro

Um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu dinheiro e até ouro em troca da liberação de recursos para escolas e creches, disse ao **Estadão** o prefeito do munici-

pípio de Luís Domingues-MA, Gilberto Braga (PSDB). Ele acusa o pastor Arilton Moura de ter pedido R\$ 15 mil antecipados para protocolar as demandas e um quilo de ouro (equivalente a R\$ 304 mil) após a liberação, informam Breno Pires, André

Shalders e Julia Affonso. A existência do gabinete, revelada pelo **Estadão**, desencadeou reações no Congresso e pedidos ao MP, ao TCU e ao Judiciário para investigar o ministro Milton Ribeiro. Parlamentares colhem assinaturas para uma CPMI.

Notas e informações ___A3

Trinta moedas pela educação

O gabinete paralelo no MEC é grave ofensa à ordem jurídica. Educação é inegociável.

Homem de confiança ___A8

Aliado de religiosos foi nomeado gerente de projetos

Pastores que montaram o gabinete paralelo do MEC nomearam Luciano de Freitas Musse para gerente de projetos na Secretaria Executiva.

R\$ 9,7 mi foram pagos ou empenhados após reunião com pastores

Segurança ___A14

Ordem do crime organizado faz Cracolândia se espalhar por São Paulo

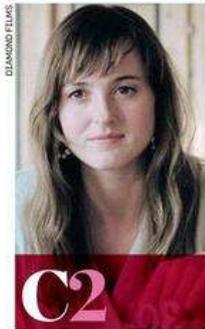
Traficantes e usuários de drogas deixaram a região da Cracolândia, no bairro da Luz, e se espalharam pelo centro de São Paulo, relata Gonçalo Junior. A polícia atribui a saída à atuação de agentes infiltrados e operações que resultaram em 92 prisões em quase um ano. A "inflação do tráfico" — alta do preço do crack — também teria desmotivado ação do crime organizado na área.



FOTOS: TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO



1 Entorno das Ruas Cleveland, Dino Bueno e Helvétia, na Cracolândia, esvaziado após ordem do crime organizado; 2 Aglomeração na Praça Princesa Isabel, no centro, para onde usuários de drogas foram após deixar a Cracolândia



Candidato ao Oscar ___C1 e C3

'A Pior Pessoa do Mundo'

Filme norueguês tem duas indicações, roteiro original e filme internacional

Ressaca virtual ___C4

Bares se preparam para vender drinks em NFTs

Judiciário ___A9

STJ condena Deltan a pagar a Lula por power point

Eleições 2022 ___A9

Antipetismo é maior que petismo, aponta pesquisa

E&N Potássio ___B4

Preço do mineral fertilizante de grãos triplica no mercado

E&N Combustíveis ___B1

Alta no petróleo reforça caixa do governo em R\$ 37,2 bilhões

Salto de arrecadação ocorrerá porque o governo tem receitas relacionadas ao preço do petróleo, entre elas tributos e royalties. Receitas vinculadas à exploração de minério de ferro também aumentarão em R\$ 1,8 bilhão. A arrecadação com a exploração de recursos naturais deve somar R\$ 134,5 bilhões em 2022.

Leste Europeu ___A11

Na Europa, Biden tenta manter unida a aliança ocidental contra a Rússia

Parte dos países que apoiam a Ucrânia defende envio de mais armas, enquanto outra quer evitar escalada.

Artigo / NYT ___A12

A teoria imperial da guerra de Putin

Jane Burbank

Objetivo da Rússia, com sua guerra brutal, é reconstruir seu império — e o limite não ficará restrito à Ucrânia.

Coluna do Estadão ___A2

O pós-eleição já está na mira dos empresários

Fábio Alves ___B4

Sem alívio para os juros nos EUA

Coluna do Broadcast ___B14

Varejo pressiona contra importação da China por pessoa física

Edição de hoje
7 CADERNOS — 120 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, A fundo, Para fechar...
E&N Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento

JC. Jornal do Carro

Tempo em SP
16" Min. 29" Máx.

ISSN 1516-293-1
0733-0000

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 * Nº 33.957

QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2022

R\$ 5,00

Procuradoria denuncia presidente por caso Wal

O Ministério Público Federal pediu à Justiça a condenação de Jair Bolsonaro por improbidade em ação ligada ao caso da ex-secretária parlamentar Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açaí. Em 2018, a Folha revelou que ela era funcionária fantasma no gabinete de Bolsonaro, então deputado. **Política A6**

A pandemia em 22.mar

Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose) **83,7%**1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) **74,2%**Dose de reforço **34,3%**

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel

303 ↓ -3,4, 0m*Em 24h **410**Total **657.373**

*Variação em relação a 14 dias

Acuado, ministro minimiza favor de Bolsonaro a pastores

Ribeiro, do MEC, disse em áudio que presidente pediu para atender religiosos

O ministro Milton Ribeiro (Educação) tentou reduzir o peso de uma gravação na qual diz priorizar solicitações de verbas para prefeituras vindas de dois pastores em cargo público apedido do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O áudio foi revelado pela Folha, e a operação dos pastores, pelo jornal O Estado de S. Paulo. Ontem, Ribeiro cancelou agenda e emitiu nota para afirmar que Bolsonaro pediu para receber, não favorecer, os religiosos.

Integrantes da oposição acionaram órgãos de fiscalização e pediram para convocar o ministro e abrir investigação. Houve ainda questionamento de sua conduta na bancada evangélica — Ribeiro também é pastor.

No áudio revelado segunda (21), o titular do MEC cita Gilmar Santos e Arilton Moura como intermediários na alocação de verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Na nota, ele nega favorecê-los. **Política A4**



Com o rosto queimado, a ucraniana Haliana Ivanivna, 63, convalesce no Hospital Regional de Zaporíjia após o abrigo que ela administrava em Mariupol ser atacado **André Liohn/Folhapress**

Deltan é condenado a indenizar Lula por PowerPoint

A 4ª Turma do STJ decidiu que o ex-procurador da República Deltan Dallagnol deve pagar R\$ 75 mil por danos morais ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por "ataques à honra", após uma apresentação de PowerPoint reproduzida em painel. Cabe recurso. **Política A7**

You Tube tirará do ar falsas alegações de fraude em 2018

Política A7

Doméstica 'escravizada' deve receber R\$ 350 mil

Corte decide que mulher mantida em situação análoga à escravidão em área nobre de SP deve ser indenizada por ex-patrões. **A13**

Helio Beltrão Devemos aceitar o curador-mor?

A recente dança entre Telegram e STF é o treino para as eleições, quando o STF escalará de curador-mor o TSE. A torcida dos adversários do presidente é que achem justificativa para derrubar seus canais pessoais. Se ocorrer, suspeito que o efeito será o oposto do esperado. **Mercado A26**

Concurso militar ganha força com afago do governo

Uma das bases de apoio de Jair Bolsonaro, a carreira militar tem ganhado força com concursos públicos. Em 2021, foram 2.605 vagas abertas nas Forças Armadas, ante 739 para outros setores públicos federais. As matrículas num curso preparatório militar quadruplicaram. **Mercado A13**

Ucraniana reconta desespero após ataque russo a abrigo

Apenas algumas colunas sobram do prédio onde Haliana Ivanivna mantinha sua hospedaria em Mariupol, relata André Liohn. Antes da guerra, o antigo dormitório soviético, uma construção de nove andares de concreto e aço, era usado por funcionários da indústria metalúrgica local.

Quando o conflito eclodiu, a prefeitura procurou Haliana. Assim, o local que alojava 60 pessoas passou a abrigar 172, sendo 50 crianças. Em 2 de março, bombas castigaram o edifício. No dia 15, um ataque com dezenas de foguetes atingiu o lugar onde ela e outras mulheres preparavam a refeição. **Mundo A11**

Chuva dificulta busca de avião que caiu na China

Equipes enfrentavam ontem chuva e lama na busca de destroços do Boeing da China Eastern que caiu com 132 a bordo. Sem esperança de haver sobreviventes, a companhia não deu detalhes do ocorrido. **A12**

EDITORIAIS A2

Ideias sem refino

Sobre teses intervencionistas retomadas por Lula.

Atrasado e desigual

Acerca de números do saneamento básico no país.



CRACOLÂNDIA MUDA E SE FIXA NA PRAÇA PRINCESA ISABEL

Família passa pela al. Dino Bueno, antes lotada de pessoas consumindo drogas; polícia diz que dispersão foi ordenada pelo tráfico, e concentração agora está a poucos metros **Cotidiano B1**

Ilustrada C1 e C2

Pinacoteca recebe maior retrospectiva da carreira da artista Adriana Varejão

Ambiente B6

Temperatura e chuvas intensas têm aumentado no Brasil, indica estudo

Esporte B7

Presidente do COB planeja mais medalhas e define base para Paris-2024

Capital começa a aplicar 4ª dose para 70 anos ou mais no dia 29

Para receber vacina é preciso ter tomado a 3ª dose há ao menos quatro meses. Estado registra menor média móvel de interações desde o início da pandemia (233). **B4 e B5**

Ataque com faca deixa 2 alunos feridos em colégio paulistano

Dunas do Barato: Sophie Charlotte vive Gal Costa em filme sobre a trajetória da cantora nos anos 60 e 70 SEGUNDO CADERNO



O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2022 ANO XXVII - Nº 32.370 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

ATALHO AO DINHEIRO

Pressão de políticos no MEC ameaça ministro

Milton Ribeiro está em xeque após atuação de pastores na liberação de verbas da pasta

Líderes evangélicos, do Congresso e da oposição cobraram do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Educação, Milton Ribeiro, uma explicação sobre a atuação de dois pastores sem cargo público na liberação de verbas da pasta. O presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Sóste-

nes Cavalcante, pressionou por resposta. Ribeiro tentou blindar Bolsonaro, citado por ele em gravação. Prefeitos confirmaram intervenção dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura nos processos, conforme noticiou a Folha de S. Paulo. Oposição acionou STF pedindo investigação. **PÁGINAS 9 e 10**



Encontro. Bolsonaro em evento de 2019 com Gilmar Santos (ao microfone) e Arilton Moura (último à direita)

PREFEITO FABIANO MORETI, DE IJACI (MG)

'O pastor tem mais moral que o deputado' **PÁGINA 10**

Mensagem proibida de Bolsonaro continua circulando no Telegram

Antes de ser derrubado pela empresa, post que levou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, a pedir o bloqueio do aplicativo foi compartilhado 330 vezes. **PÁGINA 6**

O VÍDEO TRAVOU
YouTube veta conteúdo falso sobre eleição de 2018 e urnas **PÁGINA 6**



EDITORIAL
NEM A VALE APOIA PL DA MINERAÇÃO EM TERRA INDÍGENA **PÁGINA 2**

VERA MAGALHÃES
Desmante do MEC será legado nocivo **PÁGINA 2**

PL e PT juntos por maiores gastos de campanha
Aumento do valor do fundo eleitoral esbarra no teto do limite de despesas e leva lideranças políticas a procurar o TSE. **PÁGINA 4**

EX-ASSESSORA
Wal do Açaí diz que não ia a Brasília **PÁGINA 5**

BERNARDO MELLO FRANCO
A pilhagem na Educação **PÁGINA 3**

Agressões contra jornalistas cresceram 21% em 2021
Abert cita 145 casos de agressões, ameaças ou ofensas, a maioria delas praticada por Bolsonaro e apoiadores. **PÁGINA 8**



Barricada. Sacos de areia protegem as janelas de hospital infantil em Zaporižja: a cidade no Sul da Ucrânia é destino de milhares de refugiados de Mariupol, hoje sitiada e sob fogo cerrado das tropas russas

Ataques continuam, mas avanço russo para

No 27º dia de guerra, o Exército russo fez ataques pontuais e manteve o cerco a Mariupol, mas praticamente parou de avançar na Ucrânia. Segundo analistas, a lentidão indica que os russos chegaram ao limite e repensam sua estratégia. **PÁGINA 19**

Russofobia, efeito colateral da guerra

Profissionais russos pelo mundo se queixam da cultura de cancelamento de que estão sendo vítimas. **PÁGINA 21**

Pelo menos sete estados já oferecem a 4ª dose para a Covid-19

São Paulo planeja expandir a campanha para todas as pessoas com mais de 70 anos a partir da próxima terça-feira, e o Rio tem calendário pronto, com início em julho. **PÁGINA 23**

Setor de papel, celulose e madeira lidera ranking ESG

Estudo da consultoria Resultante mostra que papel, celulose e madeira é o setor com melhor desempenho em critérios sociais, ambientais e de governança. **CADERNO ESPECIAL**

O CALORE E A CRISE Motoristas de olho no ar-condicionado

Alta da gasolina faz motoristas de táxi e aplicativos desligarem o ar-condicionado. Economia seria de R\$ 1 em uma viagem de R\$ 20. **PÁGINA 12**

ÁGUA, ESGOTO E CIDADANIA Estado do Rio tem 4 dos 20 municípios com pior saneamento **PÁGINA 26**

Corpo resgatado anteontem era de vítima de 15 de fevereiro **PÁGINA 27**

www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1860, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2022

NÚMERO 21.956 • 26 PÁGINAS • R\$ 1,00



Reality para novas divas

As estrelas pop Luísa Sonza e Pablo Vittar apresentam o Queen Stars Brasil, na HBO Max. O programa vai escolher três novas artistas drags para a cena musical brasileira.

PÁGINA 22



Fim do rabo de foguete

Brasil x Chile não se enfrentam no Maracanã desde a farsa de 1989, quando uma torcedora atirou sinalizador no campo. Depois de cumprir 32 anos de pena, a arena receberá o duelo amanhã. PÁGINA 19

Doce alternativa

A Páscoa deste ano vislumbra um cenário mais promissor para os produtos artesanais. Camila (E) e Ana Paula esperam boas vendas de ovos de chocolate. PÁGINA 13



Alívio e indignação

Agredido por um lutador de boxe, Wahby Khalil recebeu alta. O síndico vai precisar de cuidados médicos. Ele aguarda respostas da Polícia e da Justiça. PÁGINA 16



Frota de Klebim na DPE

A Polícia Civil já apreendeu 23 carros que pertenceriam ao suposto esquema liderado pelo youtuber. Os quatro presos da Operação Huracán permaneceram calados no primeiro depoimento. PÁGINA 15



Até aliados cobram saída de Milton Ribeiro do MEC

O Centrão juntou-se à ofensiva contra o ministro da Educação, Milton Ribeiro, após a divulgação de áudio no qual ele afirma que, por ordem do presidente da República, dá atendimento preferencial a pastores na liberação de verbas para prefeituras.

Dentro do MEC, haveria até mesmo um gabinete paralelo comandado pelos líderes evangélicos Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura. Eles não têm vínculo com a pasta, mas discutiram, diretamente com o ministro, a destinação de recursos. Devido ao

escândalo, tanto Ribeiro quanto Bolsonaro viraram alvo de pedidos de investigação protocolados por parlamentares no STF na PGR e no TCU. Enquanto a oposição parte para cima do governo, o PL, o Republicanos e o PP, partidos do Centrão, estão de

olho na vaga do ministro. Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ) disse que os dois pastores não os representam. "Aqueles dois Zé Ruela? Não conheço, nunca vi. Só o ministro pode explicar", afirmou. PÁGINA 2



Poderosa Ceilândia!

Correio publica, no domingo, caderno especial em homenagem aos 51 anos de Ceilândia. A relação afetiva dos moradores com a cidade é destaque especial nesta edição. Confira pelo QR code ao lado entrevista com o rapper X, do Câmbio Negro, que fala sobre a carreira e o carinho que tem por sua quebrada. PÁGINA 17



Estratégia russa expõe fragilidade

Invasão da Ucrânia, que completa um mês amanhã, se transforma em um fiasco militar para os soldados de Moscou, surpreendidos pela resistência ucraniana. PÁGINA 8

Pandemia

Cursos de saúde foram os preferidos na crise

PÁGINA 5

Agenda ESG

Uma nova economia em debate no Correio

PÁGINA 7

STJ condena Dalagnol por PowerPoint

Peça em que Lula era apontado como líder de quadrilha foi considerada ofensiva. Procurador terá de pagar R\$ 75 mil de indenização a petista por dano moral. PÁGINA 3



Desenvolvimento — No CB Poder, o presidente eleito do Sindtiacadista, Álvaro Silveira Júnior, exaltou a consolidação da capital no setor. Ele destacou a vocação da cidade para a área de logística. PÁGINA 14

Livre para se candidatar, Gim mira o Senado

Sem as condenações da Lava-Jato, ex-senador do DF avalia uma candidatura nas eleições deste ano. Gim Argello foi convidado a assumir a presidência do PTB local, mas ele ainda não se decidiu sobre o partido. Vice-líder do governo Dilma no Senado, o experiente político sonha voltar à antiga Casa. EXO CAPITAL, PÁGINA 14

Denise Rothenburg
Bolsonaro vai segurar Ribeiro enquanto puder. PÁGINA 4

Luiz Carlos Azedo
STJ aceitou o argumento de ofensa a Lula. PÁGINA 3

Samanta Sallum
Sinduscon expande diálogo da construção com GDP. PÁGINA 16

Rodrigo Craveiro
O drama dos civis na linha de tiro de Putin. PÁGINA 10

Amauri Segalla
Eleições: redes sociais terão trabalho redobrado. PÁGINA 7

Jane Godoy
Passado, presente e futuro na festa do SI Brasília. PÁGINA 17

Sereno Francisco
"Boiada" da devastação pode passar na Câmara. PÁGINA 15



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br
(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .